

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.216 - SP (2019/0216519-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**
ADVOGADOS : **DAGOBERTO SILVERIO DA SILVA - SP083631**
THIAGO MACEDO RIBEIRO DOS SANTOS - SP202996
DEBORA BRUNO - SP250399
AGRAVADO : **AQUILA ROSSI**
REPR. POR : **MAGALI CHISOSTOMO - CURADOR**
ADVOGADOS : **CAROLINE SALERNO - SP384367**
RAISSA MOREIRA SOARES - SP365112

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CUSTEIO INTEGRAL DE TRATAMENTO INDICADO POR MÉDICO ESPECIALISTA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra a decisão de fls. 448-449 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 366, e-STJ):

Plano de saúde. Obrigação de fazer. Pretensão de que a ré custeie tratamento fisioterápico pelo método Neuro Evolutivo Bobath e Equoterapia. Parcial procedência. Acolhimento do pedido em relação aos tratamentos, com determinação de uso da rede credenciada ou, na sua impossibilidade, que o reembolso seja parcial, até o limite máximo que a ré pagaria ao profissional da área se ele pertencesse à rede referenciada. Inconformismo do autor.

Cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide. Desacolhimento. O juiz é o destinatário das provas, cabendo a ele decidir pela necessidade de sua produção. Conjunto probatório constante dos autos suficiente para o deslinde da ação.

Superior Tribunal de Justiça

Desnecessidade de produção de outras provas. Princípio da livre apreciação das provas e convencimento motivado do juiz (art. 370 do CPC). Preliminar afastada.

Mérito. Reembolso integral. Inadmissibilidade. Ainda que a parte autora enfatize que não escolheu livremente o local do tratamento, não logrou comprovar a recusa do tratamento pelos métodos convencionais facultados pela ré ou a ineficácia destes, situação que conduziria à improcedência da ação. Impossibilidade de se decidir neste sentido por falta de recurso da parte interessada.

Acolhimento da pretensão autoral que redundaria em claro desequilíbrio contratual, onerando todo o grupo de beneficiários, além de gerar enriquecimento sem causa, vedado pelo ordenamento jurídico. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Os embargos de declaração opostos pela parte adversa foram acolhidos, nos termos da seguinte ementa (fl. 415, e-STJ):

Embargos de declaração. Artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Cabimento contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Caso concreto. Alegada omissão no julgado, que não considerou que os tratamentos prescritos (fisioterapia motora com método *bobath* e equoterapia) não são disponibilizados na rede credenciada, de modo que o reembolso deve ser integral.

Acolhimento. Mudança de entendimento deste Relator a respeito dos tratamentos objeto destes autos para acompanhar orientação majoritária desta C. 6ª Câmara. Aplicação dos princípios da colegialidade e da celeridade processual, considerando a disposição do art. 942 do CPC/2015. Revisão do pedido da apelante que se impõe.

Embargos acolhidos com efeitos infringentes, para reformar o acórdão e dar parcial provimento ao apelo da autora para determinar que ré custeie integralmente o tratamento particular, até que credencie os profissionais aptos a realizar o tratamento da autora, nos termos da prescrição médica, ocasião em que o atendimento deverá ser realizado na rede credenciada, com readequação dos encargos da sucumbência, nos termos da fundamentação.

Em face do acolhimento dos aclaratórios, com efeitos infringentes, a recorrente interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 377-391), alegando, em suas razões, que o acórdão impugnado incorreu em violação dos arts. 51, IV, § 1º, e 54, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor, e 10 e 35-F da Lei 9.656/1998.

Sustentou, em síntese: (i) não haver abusividade em cláusulas contratuais que

Superior Tribunal de Justiça

restringam os direitos dos consumidores, desde que observados os requisitos dispostos no art. 54 do CDC, como ocorreu no caso em análise; e (ii) ser indevida a restituição integral dos valores desembolsados pelo consumidor, haja vista que: a) o tratamento indicado refere-se a procedimento experimental, que não possui obrigatoriedade de fornecimento/coertura, conforme previsão expressa na lei que regulamenta os planos de saúde (art. 10, I, da Lei 9656/1998); e b) o aludido procedimento não se encontra no rol de coberturas obrigatórias pelos planos de saúde, determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual possui competência para regulamentar os planos de saúde.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial, pelos seguintes fundamentos: a) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas; e b) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais.

Irresignada (fls. 452-460, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 463-476 (e-STJ).

Em parecer de fls. 486-490 (e-STJ), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do reclamo.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No que diz respeito à alegada afronta aos arts. 51, IV, § 1º, 54, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor e 10 e 35-F da Lei 9.656/1998, constata-se que o conteúdo dos citados normativos não foi objeto de exame pela instância ordinária, nem foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar a discussão dos temas neles contidos razão pela qual incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

Federal, nestes termos:

Súmula 282. É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356 - O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito de prequestionamento.

Nas razões de decidir, o acórdão impugnado limitou-se a analisar a questão referente ao reembolso das despesas efetuadas pelo consumidor, concluindo que a devolução dos valores desembolsados deveria ser integral, até que a recorrente adotasse as providências necessárias para credenciar profissionais para o seu fornecimento. A partir de então, o tratamento deveria ocorrer na rede credenciada.

Com efeito, o prequestionamento ocorre quando a causa tiver sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto, o que não se deu na presente hipótese.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator